

PROJETO DE LEI Nº , DE 2020
(Do Sr. BETO PEREIRA)

Altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para dispor sobre os honorários de sucumbência dos advogados públicos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O §19 do art. 85 do Código de Processo Civil passa a vigorar com a seguinte redação

Art. 85 -

§ 19. Os advogados públicos perceberão honorários de sucumbência, limitados ao teto constitucional, nos termos da lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Os honorários de sucumbência, são valores devidos pela parte vencida nos autos do processo ao advogado da parte vencedora. A Lei nº 8.906/1994 – Estatuto da Advocacia garante a percepção dos honorários de sucumbência ao advogado público e privado.

O Código de Processo Civil garante o pagamento de tal verba, paga atualmente na forma de rateio entre os advogados públicos.

O teto constitucional foi criado para evitar que servidores públicos ganhem salários e/ou subsídios superiores ao do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

A atual redação do §19 do art 85 do CPC, não prevê um limite para o pagamento dessa verba aos advogados públicos, de forma que, a depender do montante recebido a título de honorários, esses valores podem ultrapassar em muito o teto constitucional do funcionalismo público.

Dessa forma, apresentamos a presente proposta, para limitar esses ganhos superiores ao teto dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, evitando essa distorção.

Sala das Sessões, em 18 de fevereiro de 2020.

Deputado BETO PEREIRA